

EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA

Ferramenta de gestão do conhecimento voltada para profissionais da Administração Pública.

INÍCIO SOBRE O FUNDADOR RECEBA POR E-MAIL ARQUIVO CONTATO

EMENTÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA Nº 2.001

Ementário de Gestão Pública nº 2.001



Normativos

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. Decreto nº 9.126, de 14.08.2017. Altera o Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017.

FUNDOS REGIONAIS. Portaria MI nº 434, de 11.08.2017. Estabelece as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2018.

FUNDOS REGIONAIS. Portaria MI nº 435, de 11.08.2017. Estabelece as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2018.

FUNDOS REGIONAIS. Portaria MI nº 436, de 11.08.2017. Estabelece as diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2018.



Julgados

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 951/SC, Plenário - STF.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DISPOSITIVOS DAS LEIS COMPLEMENTARES 78/1993 E 90/1993 DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DA RESOLUÇÃO 40/1992 DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Inadmissibilidade, à luz da Constituição de 1988, de formas derivadas de investidura em cargos públicos. Inconstitucionalidade de normas estaduais que prevêem hipóteses de progressão funcional por acesso, transposição (em modalidade individual, diversa das exceções admitidas pela jurisprudência do STF), enquadramento a partir de estabilidade não decorrente de investidura por concurso público, acesso por seleção interna, transferência entre quadros e enquadramento por correção de disfunção relativamente ao nível de escolaridade do servidor.

Notícias, Atos e Eventos

BOLETIM DO TCU. Boletim de Jurisprudência nº 183.

RISCOS. Regulação: Riscos cibernéticos.

ESTATAIS. Seminário discute o novo marco legal para as estatais.

INOVAÇÃO e **GOVERNO DIGITAL**. Centro Nacional de Inteligência vai monitorar demandas repetitivas e gerenciar precedentes na Justiça Federal.

DECISÃO JUDICIAL e **TERCEIRIZAÇÃO**. Prefeitura é condenada a fiscalizar conduta trabalhista de empresas terceirizadas.

Compartilhe isso:



Curtir isso:

Curtir

Seja o primeiro a curtir este post.

Relacionado



Ementário de Gestão Pública nº 2.111 30/01/2018 Em "Boletim"



Ementário de Gestão Pública nº 2.071 27/11/2017 Em "Boletim"

EMENTÁRIO DE GESTÃO
PÚBLICA nº 1.886
REGIMENTO INTERNO. Decreto
nº 8.992, de 20 de fevereiro de
2017. Aprova a Estrutura
Regimental da Superintendência
Nacional de Previdência
21/02/2017
Em "Boletim"

BUSCA

Pesquisa personalizada	

PARCEIROS DO EGP













POSTS RECENTES

Ementário de Gestão Pública nº 2.149

Ementário de Gestão Pública nº 2.148

Ementário de Gestão Pública nº 2.147

Ementário de Gestão Pública nº 2.146

Ementário de Gestão Pública nº 2.145



Copyright © 2018 Ementário de Gestão Pública - Tema OnePress por FameThemes